



Anais da Assembleia

Nº 033

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

ATO CONSTITUTIVO

Atos de Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 20/91

DATA: 04.04.91.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Mato Rico.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Mato Rico, desmembrado do município de Pitanga.

"Começa no marco de concreto PP-O, sito à margem direita do Rio Cantu com a foz do córrego do Peixe, seguindo por este até a sua nascente. Da nascente do córrego do Peixe, por linha seca, medindo 638,00m e rumo de SO 53°00' NE até a nascente do rio Juquiri, onde está cravado o marco nº 1. Do marco nº 1, por linha seca, com os seguintes rumos e medidas:

| MARCO | DISTÂNCIA | RUMO |
|---------------|-----------|--|
| 1 | 1011,0 | SO 58°26'NE |
| 2 | 192,0 | NO 45°49'SE (estrada p/ Mato Rico) |
| 3 | 584,0 | SO 54°46'NE |
| 4 | 1465,0 | SO 34°36'NE |
| 5 | 287,0 | NO 62°19'SE |
| 6 | 110,3 | SO 79°46'NE |
| INTERMEDIÁRIO | 85,0 | NO 88°44'SE |
| | 60,0 | NO 73°04'SE |
| | 67,9 | NO 88°18'SE |
| | 77,6 | NO 74°21'SE |
| | 65,3 | SO 88°24'NE |
| | 221,8 | NO 79°31'SE |
| | 1279,0 | SO 42°05'NE |
| 8 | 2535,0 | SE 17°04'NO |

chegando ao marco nº 9. Do marco nº 9, acompanhando um arroio, afluente do arroio Água Bonita, com vários rumos e medidas, seguindo pelo mesmo até chegar a uma estrada, prosseguindo pela estrada até o seu encontro com o córrego Quarenta e Três, e desse, até o seu encontro com o rio Palmital, divisando com o município de Roncador até seu encontro com a estrada Pitanga/Campo Mourão, seguindo pela mesma até seu encontro com o rio Macacos, divisando sempre com o município de Roncador e pelo rio Macacos segue até sua foz no rio Cantu, pelo rio Cantu divisando com o município de Palmital até a foz do córrego

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, capítulo I, seção I, inciso XXI do artigo 20 do Regimento Interno,

D E C L A R A:

constituída a COMISSÃO ESPECIAL prevista no artigo 10, da Lei nº 9.465, de 12 de dezembro de 1.990, composta pelos seguintes membros: doutores HEITOR FRANÇA BORGES e LUIZ FERNANDO NICZ, representantes do Poder Executivo; MUNIR KARAM e OLIVAR CONEGLIAN, representantes do Poder Judiciário; ANTÔNIO CARLOS CORREA KÜSTER, representante do Conselho Regional de Medicina; JOAO CARLOS ÁTILA DA ROCHA, representante da Santa Casa de Misericórdia e, dos Deputados ALGACI TÚLIO e DOMINGOS CARVALHO, representantes do Poder Legislativo.

Gabinete da Presidência, em 03.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Curitiba, 03 de abril de 1.991.

O 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, no exercício do cargo de Presidente, tem a honra de convidar a integrar a Comissão do ANO DOS TRANSPLANTES, prevista pelo art.10 da Lei Estadual nº 9.465, de 12 de dezembro de 1990, a título de colaboradores, os senhores:

DR. RONALDO MORENO DE CARVALHO

DR. RICARDO PASQUINI

DR. MIGUEL RIELLA

DR. JORGE LUIS GUÉRIOS CURI

DR. DANTON DA ROCHA LOURES

DR. AUGUSTO LAFITTE

DR. JOSÉ GASTÃO

DR. ADIR MOLINARI

DR. LUIS MANOEL COSTA SANTOS

DR. DONIZETTE DIMER JEAN BERARDINO FILHO

DR. JOAO LOUVE

DR. HENRIETTE CORDEIRO GUÉRIOS

DR. SALLY MOREIRA

DR. SÉRGIO GODOY MARKS

DR. IZEU DOS SANTOS ELIAS AFONSO DA COSTA

DR. JÚLIO COELHO

DEP. CLEITON BORDINI CRISÓSTOMO

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

Sala das Sessões, em 03.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente do Poder Legislativo

- 1991 - "ANO ESTADUAL DOS TRANSPLANTES"

do Peixe, ponto de partida.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.04.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 22/91

DATA: 11.04.91.

SÚMULA: Altera o memorial descritivo contido no artigo 1º da Resolução 151/90.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica alterado o memorial descritivo, contido no art. 1º, da Resolução 151/90, de 19 de dezembro de 1990, que passa a ser o seguinte:

"Art. 1º - ... Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens no rio Caratuva e a linha de limite territorial do município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00'NW com a distância de 7.950m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com as terras do município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00'NE em 1.157m; 26°00'NW em 1.134m e 05°00' em 538m, chegando às margens do arroio Junqueira. Deste ponto segue arroio abaixo com distância de 3.218m, confrontando pela nova linha territorial de limite, com terras do município de Imbituva no rumo 74°00'NE com a distância de 4.120m, chegando às margens do arroio do Ansolin. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do município de Imbituva, com a distância de 6.940m, chegando na confluência do referido arroio com os rios Perdido e Caratuva. Deste segue em direção ascendente pelo rio Caratuva, confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do município de Irati, com a distância de 9.632m, chegando-se ao ponto onde se faz princípio e onde se encerra a presente descrição com área de 55.697.674,00m² (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil e seiscentos e setenta e quatro metros quadrados)."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.04.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 23/91

DATA: 11.04.91.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito no município de Marechal Cândido Rondon, para que a população decida sobre a criação do município de Pato Bragado, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PATO BRAGADO.

"Tem como ponto inicial e final a foz do Rio Branco, no lago de Itaipu, antigo leito do rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo rio Branco até encontrar a desembocadura da sanga Carachan; sobe por esta até a sua nascente, deste ponto, segue pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47, 46, (inclusive) e 51 e 54 (exclusive) do 22º perímetro, até alcançar a cabeceira da sanga Biriva; segue pela sanga Biriva até a sua foz, no arroio Fundo, desce pelo arroio Fundo até a ponte na estrada Porto Britânia Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes 20 (inclusive) e 19 (exclusive) até o arroio Marreco, desce pelo rio São Francisco até a sua foz no lago Itaipu no rio Paraná, pelo talvegue do rio Paraná até a sua foz do rio Branco, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro" em 11.04.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 9584

DATA: 11.04.91

SÚMULA: Corrige tabelas do Regimento de Custas previstas nas Leis n°s 6.149 (09.09.70) e 8.678 (22.12.87) e ratifica a Resolução Normativa n° 01/90 do Poder Judiciário.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica majorado no percentual de 70% (setenta por cento) o valor do VRC (VALOR DE REFERÊNCIA DE CUSTAS) previsto nas tabelas estabelecidas pela Resolução n° 01, do Poder Judiciário.

Art. 2º - Ratifica-se a Resolução Normativa n° 01/90, do Poder Judiciário.

Art. 3º - No artigo 20 da Lei n°

7.567, de 12.01.82, suprima-se a palavra semestralmente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",
em 11 de abril de 1991.

(a) ALGACI TÚLIO

Vice-Presidente
no exercício da Presidência

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As quatorze horas e quarenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Gabinete do Deputado Artagão Mattos Leão
OFÍCIO N° 093/91

Curitiba, 08 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Através do presente, venho comunicar a

Vossa Excelência que, a partir desta data, renuncio o mandato parlamentar de que fui investido, considerando minha nomeação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, através do Decreto n° 167, de 02 de abril do corrente ano, publicado em Diário Oficial n° 3483 de 03 de abril de 1991.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito do ensejo para reiterar protestos de estima e sincera consideração.

Sala das Sessões, em 11.04.91.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em razão do pedido de renúncia formulado pelo Deputado Artagão Mattos Leão, nomeado após aprovação desta Casa, para o exercício do cargo e das funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, declaro efetivado no cargo de Deputado Sua Excelência o Senhor Deputado João Preis e, convoco a comparecer à Mesa para prestar o compromisso constitucional e assumir a vaga de Deputado Estadual o Senhor Eurides Moura, conforme dispõe o § 1º do Artigo 60, da Constituição Estadual.

O SR. EURIDES MOURA - (Presta o compromisso constitucional).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro empossado o Senhor Deputado Eurides Moura, que passa a integrar a Bancada do PMDB nesta Casa. Convido-o a tomar assento junto a sua Bancada no Plenário, para o prosseguimento dos trabalhos da presente sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atos das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Alceu Swarowski, Albino Corazza, e João Iensen. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao Secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado João Iensen, requer dispensa da leitura da Ata. O Senhor Presidente deferiu. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 285/86, de autoria do Poder Execu-

tivo - Mensagem n° 155/86. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer pela devolução ao Poder Executivo - Aprovado. 2) Projeto de Lei n° 026/91, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator Deputado João Iensen. Parecer Favorável - Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO DURVAL AMARAL - Presidente;
WILSON PENKA - Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, João Iensen, Mário Bezerra, Nelson Garcia e mais o Senhor Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 14/91, de autoria do Deputado Duílio Genari e outros. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer VERBAL pelo ARQUIVAMENTO - APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 039/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Relator Deputado Mário Bazerra. Parecer VERBAL pelo ARQUIVAMENTO - APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 041/91, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado João Iensen. Parecer VERBAL pelo ARQUIVAMENTO - APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 047/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 034/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL pela apreciação em Plenário - APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 010/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 003/91. Relator Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que apesar do pouco tempo que teve para elaboração de seu Parecer, concorda em relatá-lo. O Relator lê o Parecer que é FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei, que se encontra em condições de discussão em Plenário. A seguir, é dada a palavra aos demais membros da Comissão, todos discorreram sobre a propositura em questão, culminando na votação que obteve o seguinte resultado: Os senhores Deputados Mário Bezerra, Nelson Garcia e João Iensen, votam contrariamente ao Parecer; os senhores Deputados

Albino Corazza, Alceu Swarowski, Cleiton Kielse Crisóstomo e Durval Amaral, votaram favoravelmente ao Parecer. Sendo portanto o Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 015/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Nelson Garcia. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Educação. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente

WILSON PENKA - Secretário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente, na Sala de Reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Mário Bezerra, Ovídio Constantino, Durval Amaral, Plauto Guimarães, José Tavares, Valdir Rossoni, Rafael Greca, José Afonso, Nelson Justus, Artagão Mattos Leão, Lourenço Fregonese, Emília Belinati, Renato Adur e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a leitura dos seguintes expedientes: 1) Ofício n° 003/91, do Líder do Governo e do PMDB, Senhor Deputado Orlando Pessuti, que comunica as seguintes substituições: Deputado José Tavares, como Titular, no lugar do Deputado Carlos Simões; Deputado Carlos Simões, como Suplente, no lugar do Deputado Djalma de Almeida Cesar. 2) Ofício s/n°, do Líder do PTB, Senhor Deputado Erondy Silvério, comunicando as substituições como se segue: Deputado João Iensen, como Titular, no lugar do Deputado Erondy Silvério e como Suplente o Deputado Newton Servo. Aprovada a Ata da reunião anterior, com a ressalva da presença do Senhor Deputado Mário Bezerra, que apesar de constar como Relator de diversas matérias, deixou de ser mencionado, por um lapso, na lista de presenças, passando-se a seguir à Ordem do Dia: 1) Indicação de autoria do Deputado Paulo Maia, objetivando estudos sobre problemas de interesse público da competência da Comissão de Educação e Cultura e Esportes, nos termos do art. 33, II, do Regimento Interno. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 2) Ofício n° 261/89, de autoria do Superior

Tribunal de Justiça, apresentando Ação Penal n° 10-PR., intentada por C.R.Almeida S/A, Engenharia e Construção, contra o Governo Álvaro Dias. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer no sentido de oficiar ao Superior Tribunal de Justiça - Deferido. 3) Projeto de Resolução n° 20/91, de autoria do Deputado Elio Rusch. Relatora Emília Belinati. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 4) Projeto de Lei n° 035/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável - Aprovado. 5) Projeto de Lei n° 51/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável - Aprovado. 6) Projeto de Lei n° 63/91, de autoria do Deputado Paulo Maia e outros. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável - Aprovado. 07) Projeto de Lei n° 65/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável - Aprovado. 08) Projeto de Lei n° 73/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável - Aprovado. 09) Projeto de Lei n° 74/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer Favorável - Aprovado. 10) Projeto de Lei Complementar n° 77/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer no sentido de requerer prorrogação de prazo. Deferido. 11) Projeto de Lei n° 81/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Durval Amaral. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 12) Projeto de Lei n° 83/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável - Aprovado. 13) Proposição-Veto n° 03/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 14/90, que veta o Projeto de Lei Complementar n° 379/89, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado José Afonso. Parecer Favorável pela apreciação em plenário - Aprovado. 14) Proposição-Veto n° 07/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 17/90, que veta o Projeto de Lei n° 065/88, de autoria do Deputado Antonio Bárbara. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 15) Proposição-Veto n° 112/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício n° 167/90, que veta o Projeto de Lei n° 19/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 16) Proposição-Veto n° 160/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 274/90, que veta o Projeto de Lei n° 33/90, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 17) Proposição-Veto n° 174/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 327/90, que veta o Projeto de Lei n° 392/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Rafael Greca. Vistas solicitadas pelo Deputado Durval Amaral. Deferido. 18) Proposição-Veto Parcial n° 003/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 398/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 260/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 19) Proposição-Veto n° 16/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 49/91, que veta o Projeto de Lei n° 242/90, de autor Deputado Valderi Vilela. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 20) Proposição-Veto n° 026/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 88/91, que veta o Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 21) Requerimento de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que requer convocação do Superintendente da LOTOPAR, Senhor Nassib Jabur. Deferido. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovado, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária.

Ofício n° 003/91

Curitiba, 20 de março de 1991.

Senhor Presidente.

Através do presente, dirijo-me a Vossa Excelência, no sentido de efetivar as substituições nas Comissões Técnicas, conforme vai especificado:

1 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio - Dep. João Preis, como titular, no lugar do Dep. Dirceu Manfrinato; Dep. Dirceu Manfrinato, no lugar do Dep. Renato Adur, como suplente.

2 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação - Dep. Renato Adur, como suplente, no lugar do Dep. Dirceu Manfrinato.

3 - Comissão de Constituição e Justiça - Dep. José Tavares, como titular, no lugar do Dep. Carlos Simões; Dep. Carlos Simões, como suplente, no lugar do Dep. Djalma de Almeida Cesar.

4 - Comissão de Tomada de Contas - Dep. João Preis, como suplente, no lugar do Dep. Djalma de Almeida Cesar.

5 - Comissão de Segurança Pública - Dep. José Tavares, como titular, no lugar do Dep. Djalma de Almeida Cesar.

6 - Comissão de Saúde Pública - Dep. João Preis, como suplente, no lugar do Dep. Djalma de Almeida Cesar.

Sendo o que se apresenta, colho do ensejo para renovar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado ANIBAL KHURY
Digníssimo Presidente desta
Assembléia Legislativa
Neste Edifício

Ofício n°

Curitiba, 19 de março de 1991

Senhor Presidente.

Venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que a partir desta data solicito a substituição do meu cargo na Comissão de Constituição e Justiça, ao qual passo ao Senhor Deputado João Iensen, e suplência para o Senhor Deputado Nilton Servo.

Sem mais para o momento apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Excelentíssimo Senhor
ANIBAL KHURY
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná
N/Edifício

REQUERIMENTO

SÚMULA: requer Convocação do Superintendente da LOTOPAR, Sr. Nassib Jabur.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas Regimentais, e com base no Art. 28, inciso VII, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER, da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, o envio de expediente ao Sr. Nassib Jabur, Diretor Superintendente da LOTOPAR, convidando-o para depôr perante esta Comissão, a fim de esclarecer dúvidas surgidas sobre o funcionamento da LOTOPAR, especialmente no cumprimento do Art. 175 da Carta Estadual, bem como dirimir dúvidas levantadas pela Imprensa do Estado sobre o Prêmio da "Raspinha de Natal".

Sala das Sessões, 02.04.91

(a) OVÍDIO CONSTANTINO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Aos três dias do mês de abril de um mil

novecentos e noventa e um reuniu-se extraordinariamente, na Sala de Reunião das comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, Nelson Justus, Plauto Guimarães, Emília Belinati, João Iensen, Ovídio Constantino, José Tavares, Durval Amaral e Rafael Greca. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a leitura do expediente enviado pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, justificando sua ausência. O Senhor Deputado Antonio Costenaro solicitou fosse justificada sua ausência face sessão de fisioterapia. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 057/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 59/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Relator: Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 03) Projeto de Lei n° 061/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 062/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 075/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 06) Proposição-Veto n° 096/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício n° DTL n° 139/90, vetando o Projeto de Lei n° 186/90, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. APROVADO. 07) Proposição-veto n° 178/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício n° 342/90, vetando o Projeto de Lei n° 458/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Plauto Guimarães. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. APROVADO. A seguir o Senhor Presidente propõe aos Senhores Deputados presentes aguardar mais alguns minutos, face à importância da matéria a ser discutida, razão da presente reunião extraordinária: Projeto de Lei n° 010/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 03/91, que dá nova redação ao art. 4° da Lei n° 4.529 e ao art. 7° da Lei n° 5.515 - Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. Dada a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, sugere ao Senhor Presidente o conhecimento dos pareceres exarados, antecipadamente, aos titulares da Comissão, como acontece na Câmara Federal. O Senhor Presidente agradece a contribuição, determinando à Secretária a distribuição dos pareceres cujas proposições constem da pauta, 15 (quinze) minu-

tos antes da reunião. Ao ser louvada, pelo Senhor Deputado José Tavares, a atitude de tolerância face à espera dos demais titulares, o Senhor Presidente reiterou suas palavras quando da instalação da Comissão. Disse da importância da Comissão de Constituição e Justiça e da obrigação de atender à população, como seus representantes, indo a fundo nas questões abordadas, visando esclarecimento pleno, total e definitivo. Enfatizou o compromisso assumido como representantes, não apenas de suas regiões, mas de todo o Estado do Paraná, sendo um canal para as aspirações, anseios e desejos da sociedade, elaborando pareceres com seriedade, com agressividade, objetivando a harmonia entre os três Poderes, indispensável ao bem comum. Diz o Senhor Presidente, não estar dando lição de civismo, mas aproveitando o tempo para mostrar o idealismo por esta Terra. Não sendo natural deste Estado, veio em busca de melhor qualidade de vida, concluindo ser maior sua responsabilidade pelo seu sucesso face a escolha, do que os que aqui nasceram. Que os trabalhos não devem ter um sentido partidário, mas um sentido mais amplo, o de contribuição. A seguir o Senhor Deputado Nelson Justus, Relator, usa a palavra para esclarecer não ter sido seu objetivo procrastinar a elaboração de seu parecer, como afirmou o Líder do Governo, mas usar de paciência e muito critério, pois a história julgará aqueles que participaram de algum modo pelas consequências advindas de atos intempestivos praticados pelo Poder Executivo. Esclarece o Senhor Relator que o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE não é uma conta corrente, mas um fundo de desenvolvimento, que pode perfeitamente ser gerido pelo BADEP, como disse seu liquidante, Doutor Moacir Hércules de Souza. Afirmou não pretender fazer qualquer tipo de oposição partidária e que com este preâmbulo pretende apenas expor aos nobres Pares o que significa a transferência do FDE para o BANESEADO. Que o ex-Governador, Álvaro Dias, intempestivamente solicitou ao Banco Central a liquidação do BADEP. Comenta sobre a atitude do povo mineiro que briga pela permanência de um banco enquanto no Paraná assistimos o contrário, o Líder do Poder Executivo pedir a liquidação do BADEP, criando um dos maiores problemas para o BANESEADO, um exemplo de banco em âmbito nacional, por ser ele de natureza comercial e não de desenvolvimento, onde tudo é tratado com muito tempo. Este Relator pretendeu abrir caminho para que o atual Governador pudessem manifestar-se, não havendo intuito algum de ganhar prazo, propondo-se a debater e mostrar que após conversar com diversas autoridades competentes, não encontrou nenhuma que fosse favorável à extinção do

BADEP. Quanto à transferência do FDE para o BANESEADO, tem consciência não ter nada a ver com a extinção do BADEP, mas sentiu ser necessário iniciar com este preâmbulo. Procurou inteirar-se da questão com diversas pessoas que participam desse processo para elaborar um parecer do modo mais correto possível. Passa, então, a ler o parecer CONTRÁRIO à proposição, opinando pela sua REJEIÇÃO, por entender que a transferência do FDE para o BANESEADO é inoportuna até que o processo de liquidação extrajudicial seja definido ou criados mecanismos para o perfeito gerenciamento do Fundo, a fim de que o desenvolvimento do Estado não seja prejudicado. O Senhor Deputado Durval Amaral, usa da palavra para dizer que à Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o que não foi feito pelo Senhor Relator, esclarecendo este, que a legalidade foi abordada no item III do parecer e quanto à questão levantada pelo Senhor Deputado Rafael Greca consta da própria mensagem enviada pelo Senhor Governador. O Senhor Deputado José Tavares pede a palavra para discordar, preliminarmente, quanto a determinação do Senhor Presidente de não ter que estar expresso no parecer o exame da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e mais que não cabe examinar o mérito, no âmbito desta Comissão, quanto a esta matéria. Que o Art. 33, § 2º do Regimento Interno é taxativo quanto às matérias às quais a Comissão de Constituição e Justiça deve manifestar-se relativamente ao mérito, e esta questão não está entre as elencadas. Alerta para o fato do Senhor Presidente estar abrindo um precedente grave, e que no Congresso Nacional não tramita matéria alguma sem a análise preliminar mencionada. O Senhor Presidente insiste que se não consta tal análise é porque tais requisitos existem e o Senhor Deputado Rafael Greca diz ser correto analisar o mérito pois tal matéria faz parte do arcabouço fazendário do Poder Executivo do Estado, portanto está contido no inciso V do artigo supracitado. O Senhor Relator deixa claro ter se atido ao bom senso, equilíbrio, na análise da mensagem e não vê impedimento que a mesma seja remetida ao Plenário. O Senhor Deputado Durval Amaral enfatiza do precedente que foi aberto. O Senhor Deputado Ovídio Constantino, mostra-se solidário ao Regimento Interno, porém não discorda da manifestação do Relator. O Senhor Deputado Durval Amaral usa da palavra para destacar que o Relator agiu com grande esmero e que a bancada foi bastante complacente, mas que em hipótese alguma o Senhor Deputado Orlando Pessuti tenha faltado com a verdade na tarde de

ontem, ao que o Relator esclareceu que concorda com a complacência referida, "arranhado" o Regimento Interno, e mais que o que ocorreu realmente foi o desconhecimento por parte do Senhor Deputado Orlando Pessuti quando afirmou que ao retardarmos a emissão do parecer estaríamos prejudicando o desenvolvimento do Estado pois o Fundo de Desenvolvimento Econômico está lá e pode ser gerido. O Senhor Deputado Mário Bezerra usa da palavra para dizer que concorda com o parecer. O Senhor Deputado Durval Amaral discorda do parecer pois diz que o FDE não pode ser gerido por uma única pessoa, estranha aos interesses do BADEP, o que o Governo pretende é que tal gerenciamento seja feito por pessoas que tenham interesse em nosso Estado. Finalmente o Senhor Relator agradece ao Senhor Deputado Durval Amaral, dizendo que realmente não cabe à Comissão julgar ou não a extinção do BADEP, e que fique bem claro que este problema não foi criado pelos Parlamentares, mas pelo ex-Governador, Senhor Álvaro Dias. Diz ainda, concordar que o FDE seja administrado por paranaenses, o BADEP é paranaense... ou que se criem mecanismos para a transferência deste Fundo, depois de ouvido o Banco Central. Nós não criamos o problema, e bem disse o Senhor Deputado Rafael Greca: a história vai comprovar isto e nós não poderemos ser chamados de omissos quanto à liquidação de um Banco que tantos benefícios trouxe ao Estado. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação o parecer CONTRÁRIO que é APROVADO. Voto Contrário dos Senhores Deputados Durval Amaral e José Tavares e Voto com Restrição do Senhor Deputado Ovídio Constantino. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO

Secretária.

9 (nove) ilegíveis

LCM/AL/478

Curitiba, 02 de abril de 1991.

Ilmo Sr.

Deputado Colombino Grassano

M.D. Presidente da Comissão

de Constituição e Justiça

Em Mãos

Senhor Presidente:

Em mãos, convocação dessa Presidência, para reunião extraordinária a se realizar amanhã, dia 03, às 10:00 horas, e na qual

Curitiba, quinta, em 11.04.91

não poderei comparecer, diante de compromisso profissional inadiável.

Faço o registro desta justificativa, pelo que desde já antecipo agradecimentos.

Cordialmente

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Hermas Brandão, Florisvaldo Fier, Cezar Silvestri, Antonio Costenaro, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães. Aprovadas as atas das reuniões anteriores, passou-se a leitura do expediente. 01) Requerimento de justificativa de ausência do Senhor Deputado Durval Amaral. REGISTRADO. 02) Ofício n° 122/91, informando justificativa de ausência e solicitando convocação do Suplente, Senhor Deputado Cezar Silvestri, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati. ATENDIDO. 03) Requerimento verbal de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, justificando sua ausência, em razão de estar a serviço desta Casa, no Sudoeste do Estado, solicitando convocação do Suplente, Senhor Deputado Florisvaldo Fier. ATENDIDO. A seguir o Senhor Presidente usa da palavra para expressar sua satisfação pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão, face aos exaustivos trabalhos realizados pela secretária e colegas que, também, graciosamente, a assessoram, bem como da preocupação por parte dos Senhores Deputados em justificar suas ausências às reuniões, antecipadamente, possibilitando a convocação de seus suplentes, e mais, informa que aceitará, a partir desta data, justificativas verbais, comunicações telefônicas, etc. Na sequência, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 022/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 056/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 03) Projeto de Lei n° 060/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 04) Projeto de Lei n° 068/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator Deputado Má-

rio Bezerra, requer seja o mesmo retido na Comissão até completar 01 (um) ano de personalidade jurídica. DEFERIDO. 05) Projeto de Lei n° 071/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 06) Projeto de Lei n° 072/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 07) Projeto de Lei n° 076/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n° 078/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei n° 096/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Mário Bezerra, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. O Senhor Deputado Mário Bezerra alerta o Senhor Presidente da quantidade de projetos que não contém os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994, necessários à declaração de Utilidade Pública, acarretando, além da demora da tramitação dos mesmos, serviço desnecessário através da solicitação da documentação faltante por parte da Comissão. O Senhor Presidente comunica que a Secretária desta Comissão, percebendo tal fato, antecipou-se, apresentou ofício, já assinado por esta Presidência, que passo ao conhecimento dos Senhores, o qual será encaminhado, através de protocolo aos demais Parlamentares da Casa. 10) Projeto de Resolução n° 23/91, de autoria do Deputado Nilton Servo. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 066/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 086/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 079/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 14) Projeto de Resolução n° 017/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Durval Simões. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 055/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 095/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer CONTRÁRIO-APROVADO, com Voto Contrário do Deputado Hermas Brandão. 17) Projeto de Lei n° 091/91, de autoria do Deputado

do Hermas Brandão. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer CONTRÁRIO-APROVADO, com voto Contrário do Deputado Hermas Brandão. 18) Projeto de Lei n° 087/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer CONTRÁRIO-APROVADO, com Voto Contrário do Deputado Hermas Brandão. Foi determinado pelo Senhor Deputado Hermas Brandão. Foi determinado pelo Senhor Presidente o ARQUIVAMENTO dos três últimos projetos mencionados. 19) Projeto de Lei n° 082/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 20) Projeto de Lei n° 89/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando nova reunião para amanhã, no mesmo horário e mesmo local. E para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO

Secretária

e assinaturas ilegíveis.

Ofício n°

Curitiba, 09 de abril de 1.991.

Senhor Deputado.

Tem este a finalidade de solicitar a fineza de Vossa Excelência, no sentido de serem observadas as normas contidas na Lei n° 6994 - Declaração de Utilidade Pública (Xerox em anexo), em virtude de numerosos projetos de Utilização Pública chegarem à esta Comissão de Constituição e Justiça, sem os requisitos necessários, acarretando demora na tramitação dos mesmos.

Outrossim, agradecemos a atenção de Vossa Excelência que, no momento de requerer um Projeto de Utilidade Pública, este já venha de conformidade com a Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1.978, evitando diligências posteriores por parte desta Comissão.

Certos de seu pronto atendimento, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Deputado da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/Edifício.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - DEPUTADO COLOMBINO GRASSANO

O Deputado que este subscreve, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência justificar que em razão da solenidade de abertura oficial da 31.^a Exposição Agropecuária de Londrina, que é a nossa região, estarei ausente da reunião ordinária desta comissão, em 09.04.91, por esta razão requeiro, desde já, a prorrogação de prazo, por 5 (cinco) dias dos projetos com carga para a minha pessoa.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Curitiba, em 08 de abril de 1.991.

(a) DURVAL AMARAL
Deputado Estadual

Ofício n° 122/91

Curitiba, 04 de abril de 1.991.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informá-lo que, em virtude de compromissos assumidos em Londrina, não tenho condições de participar da reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, desta Assembléia, marcada para o dia 09/04, às 13h30m.

Espero a compreensão de Vossa Excelência e solicito para que não haja prejuízo dos trabalhos da CCJ, que seja convocado o suplente, Deputado Cezar Silvestri.

No ensejo renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) EMÍLIA BELINATI
Deputada Estadual

Excelentíssimo Senhor
Deputado COLOMBINO GRASSANO
DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça CCJ.
Neste Edifício
RA/edb.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de um mil, novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente, na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Plauto Miró, João Iensen, Mário Bezerra, Hermas Brandão, Emília Belinati, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, José Tavares, Nelson Justus e Antônio Costenaro. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata, conforme solicitação da Senhora Deputada Emília Belinati, face à distribuição antecipada da mesma. A seguir o Senhor Presiden-

te usa da palavra para comunicar que dentre os projetos enviados à Comissão, já com pareceres assinados pelo Senhor Deputado Rafael Greca, que não se encontra na presente reunião, existe uma Mensagem Governamental cuja relevância justifica a abertura de um precedente, que talvez seja grave, em razão de norma estabelecida anteriormente para os trabalhos desta Comissão. Porém usando de bom senso, face à importância da matéria, solicitamos que a mesma seja relatada pelo Senhora Deputada Emília Belinati. Passou-se, então, à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 105/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 13/91. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 85/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 100/91, de autoria do Deputado Rafael Greca. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 106/91, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 21/91. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 058/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 080/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator: Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(a) COLOMBINO GRASSANO
Presidente

(a) EVERLEI TEREZINHA CLETO
Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de janeiro de um mil novecentos e noventa e um, às dez horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Hermas Brandão, que declarou aberto os trabalhos para serem apreciadas as prestações de contas dos Senhores Deputados, referente a Verba de Representação de Gabinete dos Senhores Deputados,

exercício de 1990, em atendimento à Proposição n° 117/84, importâncias recebidas até 31 de dezembro de 1990, tendo como Relator o Senhor Deputado Luiz Antonio Setti com Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, conforme segue: Protocolo n° 253/91 dos Senhores Deputados Haroldo Ferreira, Rafael Greca, Gernote Kirinus, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Eduardo Baggio, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Alves, José Felinto, José Rogério, José Tadeu Lúcio Machado, Lauro Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Martins Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Caíto Quintana, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nereu Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Vilela, Vera Agibert, Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Algaci Túlio, Antônio Martins Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Arleir Tilfrid Ferrari Júnior, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Hermas Brandão; em atendimento ao despacho do Senhor Diretor Geral desta Casa, Senhor Abib Miguel. Após serem examinados os processos, concluiu-se que a matéria estava em condições de ser aprovada, acompanhando o Parecer do Relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, do que, para constar, lavrei a presente ATA, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados membros da Comissão e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária desta Comissão.

(a) Deputado HERMAS BRANDÃO
Presidente

(a) Maria Regina Subtil
Secretária

Membros: BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e um, às 13:30 (treze e trinta) horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas para deliberar sobre o Projeto de Lei n° 10/91, que trata do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE - dá nova redação ao Artigo 4° da Lei n° 4.529 e ao Artigo 7° da Lei n° 5.515. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião. Foi apreciado o Parecer do Senhor Deputado João Preiss, que optou pelo acompanhamento do Parecer dado pela Comissão de Finanças na pessoa do Senhor Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que deu Parecer Favorável - Aprovado ao Projeto n° 010/91 do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. No seu Parecer o Senhor Relator diz o que segue: "Esta comissão, chamada a opinar sobre o Projeto de Lei n° 010/91, que altera a redação do Artigo 4° da Lei n° 4.529 e da Lei n° 5.515, RATIFICA o parecer apostado pela Comissão de Finanças pela apreciação da Propositura em Plenário. Sala das Comissões em 04 de abril de 1.991". Colocado em votação foi aprovado por unanimidade pelos Senhores Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, pelos Senhores membros, e, por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA
Presidente

MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Membros: JOÃO PREIS
ALCEU SWAROWSKI
JOÃO IENSEN